

TURISMO EM ÁREAS RURAIS: SUAS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES NO BRASIL *

José Graziano da Silva^{**}
Carlyle Vilarinho^{***}
Paul J. Dale^{****}

RESUMO: Neste trabalho, nosso interesse se orienta para o conjunto de atividades rurais não-agrícolas que denominamos de agroturismo, com o objetivo de analisar as possibilidades e limitações dessas atividades como alternativas e/ou formas complementares de geração de renda para os produtores agropecuários do País.

O trabalho consta de três partes, além da introdução. A primeira procura trazer, através de um levantamento bibliográfico, o tratamento dado ao tema na literatura especializada. Na segunda, apresentamos algumas experiências relatadas no caso brasileiro e discutimos suas limitações e possibilidades enquanto uma atividade complementar de geração de renda e ocupação não-agrícola em áreas rurais no País. Na terceira parte, tratamos das políticas públicas relacionadas ao setor procurando mostrar que, infelizmente, não há ainda um conjunto coerente de iniciativas que configure uma política específica de turismo em áreas rurais no País.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo rural, atividades não-agrícolas, emprego rural.

INTRODUÇÃO

Esse texto faz parte de uma pesquisa mais ampla, denominada sin-

* Versão revisada do trabalho apresentado no Congresso Internacional sobre "Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável", realizado em Santa Maria (RS) de 27 a 29 de maio de 1998. Versão original publicada em Almeida, J.; Froehlich, J.; Riedl, M., orgs. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria, FAPERGS/CNPq/CAPES/SETUR, p. 11-48.

** Professor Titular e Pesquisador do Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da UNICAMP e Bolsista I-A do CNPq.

*** Mestre em Economia e Técnico do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

**** Mestrando em Ciência Ambiental do PROCAM-USP e Técnico da Fundação Florestal – Secretaria Estadual do Meio Ambiente-SP.

teticamente de Projeto Rurbano¹, que procura discutir a relevância dos cortes rural-urbano e agrícola não-agrícola e analisar a importância das atividades não-agrícolas em áreas rurais. O objetivo do presente trabalho é discutir as possibilidades e limitações do turismo no meio rural, entendido como o conjunto das atividades recreativas não associadas apenas ao pernoite (seguindo a terminologia sugerida pela Organização Mundial do Turismo) em áreas rurais, no contexto da geração de emprego e renda e da conservação ambiental.

OXINALDE (1994) alerta que o primeiro problema que encontramos ao estudar e descrever o turismo rural é o das definições. Considera, ainda, que esta *dificuldade com as definições estende-se (inclusive) às palavras turismo e rural, bastante ambíguas*. Segundo o autor, o turismo rural engloba diversas modalidades de turismo, que *não se excluem e que se complementam*, de forma tal que o turismo no meio rural é a soma de ecoturismo, turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura.

Na mesma linha vai o trabalho de CALS, CAPELLÀ e VAQUÉ (1995) que consideram mais apropriado referir-se à totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural com a expressão turismo no espaço rural ou em áreas rurais; e reservar a de turismo rural para aquelas atividades que em maior medida se identificam com as especificidades da vida rural, seu *habitat*, sua economia e sua cultura.

Segundo esses autores, a literatura que trata dos problemas de definição de turismo rural², aponta para duas tendências. Na primeira, o critério diferenciador se baseia nos elementos que compõem a oferta, falando-se de turismo rural quando a cultura é um elemento importante e aplicando-se denominações específicas – tais como agroturismo, turismo verde, eqüestre, de caça, etc. – para indicar o caráter prioritário do com-

¹ É um Projeto Temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/95” que conta com financiamento parcial da FAPESP e que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em onze unidades da Federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF). Para maiores informações consultar nossa *home page* na Internet (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>).

² CALATRAVA, J. e RUIZ, P. (1993). O turismo, uma oportunidade para las zonas desfavorecidas? **LEADER Magazine**, n. 4 (outono).

ponente ofertado. Na outra, a qual adotaremos aqui, o critério diferenciador é a distribuição dos rendimentos gerados pelas atividades turísticas que é recebida pela comunidade rural ou pelos agricultores. Pode-se distinguir assim três categorias – **agroturismo, turismo rural e turismo em áreas rurais** – que, como *círculos concêntricos*, cada uma delas integra a precedente.

Segundo CALS, CAPELLÀ, VAQUÉ (1995, p. 23), muitas das atividades que se apresentam como produtos turísticos do meio rural correspondem simplesmente a *práticas de ócio dos cidadãos desenvolvidas em espaços abertos, fora das cidades*, onde o meio rural serve apenas de sua base física, como um *suporte relativamente neutro de consumos turísticos que poderiam desenvolver-se em outros âmbitos*, como por exemplo, competições e práticas esportivas, festas recreativas, etc.

Dentro dessa perspectiva, duas características do turismo rural devem ser especialmente consideradas. Primeira, de que seu desenvolvimento pode produzir-se em zonas que não disponham de recursos turísticos extraordinários, o que significa que a aptidão para o turismo em áreas rurais pode estender-se para amplas regiões do território. A segunda característica fundamental é o seu baixo nível de barreiras à entrada, o que implica que o turismo rural pode criar postos de trabalho com reduzidos volumes de investimentos. Destacam ainda que o turismo no meio rural tem um papel fundamental na gestão do território, dada a sua capacidade de estimular o aproveitamento do potencial de desenvolvimento endógeno de um determinado local. E permite ainda implementar "*a velha e correta idéia de entender os agricultores também como criadores de paisagens, dado que o desenvolvimento do mundo rural no futuro terá que descansar, muito mais que no presente, na promoção de atividades produtivas distintas das agrárias*". (CALS, CAPELLÀ, VAQUÉ, 1995, p. 25-7).

CALS, CAPELLÀ e VAQUÉ (1995, p. 10-20) argumentam, ainda, que o atual *crescimento da demanda de turismo rural deve inscrever-se dentro do amplo fenômeno de conscientização e reivindicação ecológica que vivem as sociedades avançadas e altamente urbanizadas nestes últimos anos do século XX. É um fenômeno de*

resposta a degradação do meio ambiente em escala planetária e de marginalização do não urbano(...). O turismo rural parece beneficiar-se, igualmente, de um rechaço crescente dos pacotes turísticos tal como tem sido elaborados tradicionalmente pelas grandes agências de viagens. Outros fatores apontados são os menores preços dos alojamentos e o fato de realizar-se majoritariamente em território nacional em regiões mais próximas, o que significa maiores oportunidades de freqüentá-los em datas fora das férias tradicionais.

Eles destacam, todavia, que o crescimento da demanda de turismo no meio rural – pelo menos na Europa – depende fundamentalmente da capacidade de oferta: *Definitivamente é preciso contar com um efeito impulsor da demanda de turismo rural pelo lado da oferta* (CALS, CAPELLÀ, VAQUÉ, 1995, p. 22). Daí a importância das políticas públicas para financiar e fomentar essas novas atividades não agrícolas ligadas ao lazer nas áreas rurais, como vem fazendo, por exemplo, os Programas LEADER da Comunidade Européia.

Nos Estados Unidos, o Turismo Rural teve origem com os fazendeiros que hospedavam em seus ranchos, situados em lugares distantes, sem infra-estrutura, mas com caça e pesca abundante e de qualidade, os caçadores e pescadores que chegavam à região durante a temporada desses esportes. Na medida em que crescia a demanda por esse tipo de hospedagem os “rancheiros” descobriram que havia aí um filão de negócios. Passaram, então, a oferecer a seus hóspedes uma gama de serviços, tanto no aspecto hoteleiro como em atividades *resort* como cavalgadas, serviços de guia e aluguel de veículos, barcos e equipamentos.³

A prática de acomodação de turistas urbanos em estabelecimentos rurais também é bastante difundida na Austrália, Nova Zelândia e diversos países da Europa. Na França e na Itália propriedades rurais dedicadas à produção de queijos e/ou vinhos oferecem alojamentos e permitem ao turista participar de fases do processo produtivo; na Escócia, muitas destilarias de uísque possuem estrutura de hospedagem. Em Portugal, a hospedagem se dá no meio familiar, as casas são licenciadas por um ór-

³ EMBRATUR. **Manual Operacional do Turismo Rural**. Brasília, 1994. 38 p.

ção governamental, a Direção Geral de Turismo, e classificadas em: “Turismo de Habitação” (solares, casas apalaçadas, ou residências de reconhecido valor arquitetônico); “Turismo Rural” (casas rústicas com características próprias do meio rural em que se inserem); e “Agroturismo” (casas integradas numa exploração agrícola, caracterizando-se pela participação dos turistas em trabalhos da própria exploração ou em forma de animação complementar).

Na Argentina, o turismo rural iniciou-se em fins da década de sessenta, quando grandes “estancieros” descobriram que a abertura destas magníficas propriedades a sítios de alojamento poderia representar um rendimento adicional à atividade pecuária, que passava por um período de baixa rentabilidade. As primeiras experiências tiveram lugar na região da Patagônia e teve como primeiros demandantes guias de caça e pesca, ávidos por encontrar acomodações confortáveis para seus clientes. A partir de 1987 verificou-se naquele país um vertiginoso crescimento de turismo em “hotelaria de estâncias”.

No Brasil, dada a ausência de uma conceituação mais precisa do conjunto de atividades turísticas e recreativas que acontecem no meio rural, muitos consideram que a terminologia *turismo rural* deve ser usada apenas quando o turista efetivamente se hospeda no meio rural e participa (de forma lúdica, em geral) dos trabalhos realizados na fazenda ou sítio. Outros, que ela deve ser entendida como uma situação em que o turista visita fazendas e sítios onde passa o dia se entretendo, fazendo cursos em unidades agrícolas ou compras de alimentos e artesanato típicos.

Segundo TULIK (1997), desta “riqueza de termos, expressões e conceitos”, surgem “confusões terminológicas”, como a que ocorre entre turismo rural e ecoturismo, no uso do termo “turismo verde”. Entendido como uma “forma alternativa (do turismo contemporâneo) em oposição ao turismo convencional”, a autora sugere o tratamento “turismo no meio rural” – “como tudo o que ocorre no meio rural, com relação ao aproveitamento do turismo”.

Ao elaborar o Manual Operacional do Turismo Rural, por exem-

plo, a EMBRATUR preferiu

adotar um conceito múltiplo, um turismo diferente, turismo interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, alternativo, agroturismo, turismo verde. O Turismo Rural inclui todas essas variedades. É o turismo do País, um turismo concebido por e com os habitantes deste País, um turismo que respeita a sua identidade, um turismo de zona rural em todas as suas formas (EMBRATUR, 1994).

Atualmente a EMBRATUR e os agentes que trabalham no setor têm dado, de maneira informal, ao Turismo Rural, a seguinte definição: *atividade multidisciplinar que se realiza no meio ambiente, fora de áreas intensamente urbanizadas. Caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que têm no uso da terra a atividade econômica predominante, voltada para práticas agrícolas e pecuárias*. De acordo com essa definição, o Turismo Rural envolveria, entre outras, as seguintes atividades/produtos: caminhadas; visitas a parentes/amigos; visitas a museus, galerias e sítios históricos; festivais, rodeios e *shows* regionais; esportes na natureza; visitas a paisagens cênicas/fauna e flora; gastronomia regional; artesanato e produtos agroindustriais; *campings*, hotéis-fazenda, albergues, “SPAs”, etc.

Neste texto vamos utilizar a denominação de **turismo em áreas rurais** ou **turismo no meio rural** para englobar não apenas aquelas atividades que vêm se desenvolvendo no interior das propriedades rurais, tradicionalmente denominadas de **turismo rural** ou **agroturismo** – termos esses que serão aqui utilizados como sinônimos – mas também aquelas atividades de lazer realizadas no meio rural, denominadas de turismo ecológico ou *ecoturismo*, o turismo de negócios, o turismo de saúde, etc. Essa distinção é importante porque, em geral, as atividades ligadas a outras modalidades de turismo que não o agroturismo – como o “SPA” rural, os centros de convenções no campo, os treinamentos de executivos e os parques naturais para atividades esportivas, além do ecoturismo – são atividades realizadas em determinadas regiões que por sua condição específica possuem atrações que por si mesmas despertam o interesse e a curiosidade das pessoas. Ou seja, são atividades não agrícolas, localizadas do ponto de vista estritamente geográfico em zonas rurais, mas externas às propriedades agropecuárias da região onde se instalam, que

nada têm a ver com suas rotinas cotidianas, constituindo-se num mundo à parte e às vezes, num verdadeiro enclave.

As atividades ligadas a estas outras modalidades de turismo – em particular ao ecoturismo – podem vir a ser fontes alternativas de renda para algumas propriedades rurais em determinadas situações especiais onde as atividades agropecuárias são restritas ou mesmo não podem ser praticadas, como é o caso das áreas naturais preservadas de regiões como a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica. Mas, em geral, são empreendimentos que se instalam na zona rural sem nada ter a ver com a dinâmica agrária da região. Eles devem ser analisados dentro da ótica das “novas funções” que o meio rural vem adquirindo além das atividades agrícolas tradicionais, como a de propiciar bens e serviços não-materiais, lazer, conservação do ecossistema e dos recursos naturais, educação ambiental, proteção da paisagem, manutenção do território, etc.⁴

Já as atividades associadas ao agroturismo – como por exemplo, a fazenda-hotel (que é diferente do hotel-fazenda, como explicaremos mais adiante), o pesque-pague, a pousada, o restaurante típico, as vendas “diretas do produtor”, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo – podem ser consideradas uma estratégia de diversificação das propriedades rurais no intuito de gerar rendas não-agrícolas para fazer frente à queda de rentabilidade dos seus negócios tradicionais.

O importante é que são atividades que geram ocupações complementares às atividades agrícolas e continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade rural, em menor ou maior intensidade. Elas devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e de valorização dos bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar limpo, etc).⁵

O significado mais amplo desse processo, que tem sido chamado

⁴ Para a concepção geral dessas novas “funções” do meio rural ver a proposta do Grupo de Bruges formado por PISANI Edgar et al. (1996). E também, MARDEN, T. (1995).

⁵ GRAZIANO DA SILVA, J.; O. BALSADI e M. DEL GROSSI (1997).

de mercantilização do espaço agrário, é que as áreas rurais vêm sendo crescentemente associadas não apenas com as atividades relacionadas à produção (seja ela agrícola ou industrial), mas também com atividades orientadas para o consumo – tais como lazer e turismo – residência e preservação do meio ambiente. Em função disso, o mundo rural começa a exibir novas formas sociais e econômicas de organização que pressionam por novos modos de regulação por parte do Estado para que implantem as políticas ambientais e de planejamento do uso do solo rural e da água, de bem-estar social, de desenvolvimento rural, etc.⁶

A comparação entre o **hotel-fazenda** e a **fazenda-hotel**⁷ é paradigmático para exemplificar a diferença que estamos querendo ressaltar entre o agroturismo e outras modalidades de turismo em áreas rurais – como o ecoturismo.

O hotel-fazenda pode ser entendido, antes de tudo, como um hotel similar aos outros, com a particularidade de estar localizado na zona rural e não na praia, por exemplo (com raras exceções, como algumas fazendas de cultivo de côco, em algumas praias do Nordeste, que começam a receber turistas, como atividade complementar). Daí oferecer serviços integrados ao local onde se instalou, como por exemplo, passeios à cavalo e comidas típicas da zona rural onde se localiza, da mesma maneira que o hotel localizado à beira-mar, oferece passeios de jangada e muqueca de peixe⁸.

Já na fazenda-hotel a propriedade agropecuária mantém suas atividades agropecuárias produtivas. Além de andar a cavalo, contemplar paisagens e praticar esportes, os hóspedes podem vivenciar rotinas que vão desde as cotidianas ordenha e alimentação do gado até as práticas

⁶ MARS DEN, T. (1989).

⁷ O “fazendas-pousadas”, seguindo o “Manual operacional do turismo rural” da EMBRATUR, 1994.

⁸ Veja-se, como ilustração, a reportagem de Leandro Cruz, (**Folha Turismo**, de 2-3-98), que mostra as possibilidades oferecidas aos turistas em hotéis-fazenda daquela região. Note-se que em alguns casos, a diferença entre o hotel-fazenda e a fazenda-hotel tornam-se muito pequenas por ser uma região onde as atividades agropecuárias tem fortes limitações ecológicas.

agrícolas sazonais, como o preparo do solo e as colheitas.⁹ As pessoas que procuram esse tipo de hospedagem, em geral, entendem o conforto como secundário à busca pela autenticidade de uma velha sede colonial, por exemplo. E abrir o hotel é, muitas vezes, a forma de preservar a própria fazenda, sendo comum os casos em que a renda gerada pelos hóspedes acaba se tornando mais importante que aquela proveniente da atividade agropecuária.

João Meirelles Filho (1996), presidente do Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB), que também não faz uma distinção clara entre ecoturismo e turismo rural, afirma que

o ecoturismo é quase um desabafo das pessoas que vivem nas grandes cidades. No passado, sempre havia um parente dono de fazenda e era possível ter um contato maior com o campo, andar a cavalo e tirar leite de vaca. Hoje, poucos têm um sítio onde podem manter este contato com a natureza. O turismo ecológico torna-se, então, a profissionalização de tudo que sempre fizemos: pescar, caçar, acampar, tomar banho de cachoeira e tudo mais.

Segundo o autor, é fundamental lembrar que

o ecoturismo é uma forma prática de garantir a conservação de áreas naturais que estão nas mãos de particulares e que, até então, eram tratadas apenas como "fundo de quintal". Afinal, 95% das terras do Brasil estão nas mãos de empresas privadas. E mesmo a imensa maioria das áreas destinadas à conservação da natureza, como parques e reservas, com raras exceções (que somam os 5% restantes), ainda não passam de ficção científica.

MEIRELLES FILHO acredita que o ecoturismo é um dos mais dinâmicos mercados emergentes e que haja no Brasil mais de meio milhão de praticantes. E mesmo sendo uma atividade econômica recente

o ecoturismo deve empregar no País, diretamente, mais de 30 mil pessoas, através de pelo menos 5 mil empresas e instituições privadas. O *trade* de ecoturismo já conta com cerca de 250 operadoras e agências especializadas, mais de 2 mil pousadas e mais de 1,5 mil

⁹ Evidentemente, as atividades desenvolvidas numa fazenda-hotel podem não ser exatamente as mesmas atividades desenvolvidas pelas demais propriedades do seu entorno à medida que se queira dar às mesmas também um caráter pedagógico ou histórico, como por exemplo a recuperação de tecnologias alternativas e tradicionais que muitas vezes já não são mais utilizadas comercialmente na região (aração com tração animal, por exemplo).

prestadores de serviços, entre lojas de equipamentos, transporte, alimentação, consultorias e serviços de apoio.

Mas é importante alertar que do ponto de vista da geração de renda complementar às atividades agropecuárias, o turismo em áreas rurais têm se mostrado uma opção muito restrita. Primeiro porque a sua possibilidade abarca um universo muito reduzido das propriedades rurais brasileiras que comportam atrativos naturais singulares. Segunda e fundamental razão, porque as rendas geradas pelo ecoturismo em geral pouco beneficiam as populações dos locais onde essas atividades se desenvolvem, especialmente as residentes nas zonas rurais, ficando concentradas nos agentes intermediários dos centros urbanos, que intermediam essas atividades, e em empreendimentos externos como, por exemplo, nos serviços de transporte e hospedagem.

A preocupação em se garantir que os recursos advindos do turismo – em particular do turismo rural e do ecoturismo – sejam distribuídos pela população receptora, pode ser encontrada em vários documentos oficiais, como por exemplo no da “Política Nacional de Turismo – diretrizes e programas: 1996 – 1999”, publicada pelo Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo e pela EMBRATUR, onde se estabelece que *o turismo, alicerçado nas potencialidades naturais do maior país tropical do mundo, pode cooperar de maneira substantiva como instrumento de desenvolvimento regional sustentável*, tendo como resultado, entre outros, *a melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros que vivem em regiões com potencial turístico*.¹⁰

¹⁰ Também as “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” - elaborado em 1994 pelo Grupo de Trabalho Interministerial nº 1, de 20 de abril de 1994, ao avaliar o ecoturismo da época como “desordenado e desarticulado”, elenca o combate à pobreza – nas áreas conservadas e nas áreas de destino - como um dos principais efeitos a serem obtidos pelo ecoturismo nacional. Algumas causas são associadas a esta situação, dentre elas, “regulamentações incompatíveis com a realidade local”, “necessidades básicas não solucionadas”, “retorno financeiro insuficiente com o turismo”, “processo decisório distante da comunidade”, “informação insuficiente” e “comunidade marginalizada pelos empresários”. Na tentativa de enfrentar tais situações, o documento propõe algumas ações prioritárias - das quais destacamos o “incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo”, que estabelece várias estratégias voltadas a beneficiar diretamente a população nas comunidades de destino (como o incentivo ao “financiamento a cooperativas voltadas para a produção de bens e serviços destinados ao ecoturismo” e a proposição aos “estados e municípios a criação de bônus fiscais para empresas que envolvam as co-

Não se deve esquecer, também, de que pode existir uma estreita relação entre o agroturismo e o ecoturismo, sendo que o crescimento de um pode beneficiar o do outro desde que haja uma política de estímulo a essa integração.¹¹ É comum, por exemplo, que empresas de turismo, no intuito de diversificar as opções que oferecem, incluam visitas a fazendas em seus roteiros, ou mesmo contratem no local alojamentos, restaurantes e guias locais, monitores ou condutores de campo para monitorar suas atividades. Não há, entretanto, uma política deliberada para isso no caso brasileiro, como acontece ao nível internacional.¹²

Neste trabalho, nosso interesse estará orientado para o conjunto de atividades rurais não-agrícolas, que denominamos de agroturismo, uma vez que o nosso objetivo é discutir as possibilidades e limitações das atividades alternativas e/ou complementares de geração de renda para os produtores agropecuários do País. A integração do agroturismo com as experiências de outras modalidades de turismo praticadas no meio rural

munidades locais na prestação de serviços aos empreendimentos ecoturísticos”). Como exemplo da busca em se garantir que o ecoturismo auxilie no processo de geração de renda e emprego de populações visitadas, observa-se que o CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente (vinculado à estrutura do MMA) - estuda proposta de resolução para regulamentação do ecoturismo, onde tenta, entre outros objetivos, garantir que os “produtos ecoturísticos” (que receberão prioridade em incentivos públicos) sejam apenas aqueles que - entre outras características - “integrem as comunidades no processo de ecoturismo, e observem o respeito e valorização da cultura local e sua inserção nos produtos ecoturísticos, **trazendo benefícios sociais e econômicos**”.

¹¹ Um exemplo disso pode ser encontrado no próprio “Manual operacional do turismo rural” (EMBRATUR, 1994), onde se lê que “através de estudo feito entre 78 operadores dedicados à natureza, descobriu-se que se usa mais as acomodações rurais (onde, teoricamente, poderiam ser associadas apenas ao agroturismo) ou em vilas (40%), do que hotéis luxuosos (21%)”. Outro exemplo é relatado em “Ecoturismo na Amazônia - região circunvizinha de Manaus” (EMBRATUR, 1992), onde se percebe que há mudanças qualitativas “ocorridas com a implantação dos alojamentos de selva” que são “bem-vindas” pela população a qual tem, “histórica e culturalmente, a agricultura como principal atividade”. E outro, no “Ecoturismo no Pantanal sulmatogrossense - região de Miranda-MS” (EMBRATUR, 1993), cidade com tradição agropecuária - importante pólo produtor de arroz em seu estado - segundo lideranças (“indicadas pela própria comunidade”) entrevistadas, “considera benéfica a chegada dos turistas na região”.

¹² Como, por exemplo, a do Quênia, onde na década de 70, após constatarem que o ecoturismo não estava beneficiando as populações locais de muitas regiões, juntaram-se vários Ministérios (como o de Turismo e Vida Selvagem, o de Terras e o de Agricultura, entre outros) para planejar o desenvolvimento de um ecoturismo associado a outras atividades que “permitam ao turista ter mais oportunidades de gastar dinheiro, como comidas típicas, hospedagem e artesanato”. Ver a respeito: LINDBERG, K. (1991), LINDBERG, K. e ENRIQUEZ, J. (1993), Ministério de Turismo e Meio Ambiente de Belize. Koch, E. (1994).

– com destaque para o ecoturismo –¹³ pela complexidade e especialização requerida, impor-se-ia uma análise muito mais ampla que a que nos propomos aqui.

O presente trabalho consta de três partes, além desta introdução. A primeira procura trazer, através de um levantamento bibliográfico, o tratamento dado ao tema na literatura especializada. Na segunda, apresentamos algumas experiências relatadas no caso brasileiro e discutiremos as limitações e possibilidades do turismo enquanto uma atividade complementar de geração de renda e ocupação não agrícola em áreas rurais no País. Na terceira parte, trataremos das políticas relacionadas ao turismo em áreas rurais no País.

LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DO AGROTURISMO

Da bibliografia sobre a importância econômica do agroturismo disponível no Brasil merece destaque a coletânea organizada por RODRIGUES (1996), que traz um artigo de CARMINDA CAVACO (1996, p. 68) específica sobre o tema. De acordo com a autora, os ensinamentos das experiências européias de desenvolvimento local indicam que se deve combinar as

propostas de valorização dos produtos agrícolas com planos de desenvolvimento do artesanato e de atividades ligadas ao turismo e à cultura tais como feiras e festas centradas em temas regionais e locais: produtos, trabalhos, tradições, jogos e cantares, comer, sabores e cheiros ... Em síntese, para lá do crescimento econômico (...) importa o desenvolvimento, que é simultaneamente econômico e social, e também territorial, e que envolve processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida e das expectativas, sobretudo dos grupos sociais menos favorecidos.

CAVACO, com base no conceito de regeneração do rural tomado de LEAL (1995), propõe uma redefinição do papel que o meio rural deve jogar no conjunto da sociedade,¹⁴ uma vez resolvido o problema do abas-

¹³ O qual segundo Tulik (op. cit.) “é a mais significativa das formas alternativas de turismo contemporâneo”.

¹⁴ Também apresentada por Ricardo Abramovay (1997) para a situação brasileira. Segundo o

tecimento alimentar, função primordial que se atribuía no mundo ocidental aos espaços rurais. *Estes tornam-se bens sociais (e não privados em termos absolutos), assim reconhecidos pela sociedade, cuja preservação não é todavia objeto de remuneração embora justifique empregos e melhore a qualidade de vida. Por isso aquele autor (LEAL, 1995, p. 103) adverte que a definição de novas funções para o espaço rural, socialmente aceitos e oferecendo oportunidades de emprego, é questão central nas novas estratégias de desenvolvimento rural.* Isso implicaria também que, *a compensação das perdas de ganhos potenciais por parte das agriculturas ambientalistas deverá ser assegurada pela sociedade.*

Dentre as novas funções não-agrícolas do meio rural que segundo a autora, devem ser relevadas, estão:

- a) equilíbrio territorial, compensando os efeitos do despovoamento induzidos pela concentração urbana;
- b) equilíbrio biológico, com conservação dos ecossistemas e dos processos biológicos;
- c) produção de paisagem de qualidade, aberta e natural;
- d) produção de recursos, notadamente de água limpa, recurso natural cada vez mais raro;
- e) suporte de atividades, distração e recreio ao ar livre; e
- f) combate às contaminações do ar, da água e do solo.

CAVACO (1996, p. 104) assinala que

perante os custos sociais e ambientais do turismo de massa, convencional, gregário, quase popular, próprio de uma sociedade de consumo, organizado "industrialmente", afirmam-se procuras diferentes, novas, responsáveis e sustentáveis, seletivas em termos econômicos e em valores e comportamentos pessoais, preferencialmente no próprio país e em regiões não muito distantes, prefigurando talvez o turismo do futuro: um turismo individualizado, de escala humana, bem integrado aos locais de destino, de estrutura familiar e artesanal, culturalmente rico, não necessariamente muito dispendioso, mas rara-

autor, "é decisivo combater o preconceito de que o ruralismo é sinônimo de atraso e ampliar o leque dentro do qual se elaboram os projetos de desenvolvimento do espaço rural. O papel econômico da *agricultura* tende a ser declinante. Em compensação, é no meio rural que se definirá, em grande parte, o tipo de relação que a sociedade manterá com a natureza. Neste sentido, o desenvolvimento sustentável supõe a ocupação produtiva e diversificada do espaço rural e não sua transformação num deserto social esverdeado. Aí se encontra um dos mais cruciais desafios da virada do século".

mente com o cunho de turismo social.

Segundo a autora, *nos anos 90, o turismo rural cruza com o ecoturismo ou turismo ecológico, um turismo com base no ambiente, que também se pretende responsável e preocupado em evitar custos ambientais e sociais* (CAVACO, 1996 p. 107). No turismo rural integram-se freqüentemente os espaços protegidos (ainda agrícolas ou já sem qualquer cultivo e apenas algum pastoreio e exploração florestal), espaços com capacidades de cargas reduzidas e os espaços tradicionais e as áreas pobres, que são também as mais marginalizadas e as mais vulneráveis, física e socialmente (p. 108). Hoje, assinala a autora, *pela motivação dos que o praticam, o turismo rural é um turismo de espaços naturais e, sobretudo de espaços humanizados, ativo ou apenas contemplativo* (p. 109). A autora assinala, também, que o espaço rural não corresponde a um destino turístico realmente novo, exemplificando com as migrações de férias, vêm se constituindo durante séculos uma importante forma de contato entre populações rurais e urbanas (p. 110-1).

E para isso

importam sobretudo as ofertas rurais, familiares, endógenas, dispersas em termos de alojamento¹⁵, de locais de interesse a visitar e de atividades de lazer a proporcionar, o que pressupõe que estejam resolvidos previamente e em escala adequada, a eletrificação, o abastecimento de água, o saneamento básico, a coleta de lixo doméstico, os serviços pessoais cotidianos e de saúde, outros serviços de proximidade e a acessibilidade, condições igualmente necessárias para a permanência do povoamento... (CAVACO, 1996, p. 117).

Os dados apresentados por CAVACO mostram que 20% dos agricultores austríacos, suíços e suecos recebem turistas, contra 8% para

¹⁵ Segundo CAVACO (1996, p. 17), *às diferentes procuras do espaço rural pelo turismo correspondeu a elaboração de ofertas de alojamento mais ou menos diferenciadas e específicas. (...) Assim, numa primeira fase procedeu-se ao arranjo de quartos nas casas das famílias residentes, agricultores e não-agricultores (...). Depois passou-se à remodelação de velhas construções, habitacionais ou agrícolas, criando alojamentos independentes (...), e à remodelação da botelaria tradicional... Para segmentos de mercados específicos criaram-se parques de campismo e de "trailers"... As iniciativas são endógenas - de agricultores, de rurais não-agricultores, do poder local - e mais raramente exógenas - com vistas ao lucro ou no quadro do turismo social e juvenil (colônias de férias, pousadas da juventude, etc.). A autora reconhece, porém, que algumas ofertas turísticas destes meios são, porém, exógenas e empresariais (hotéis rurais e zonas de caça turística) com o risco de subverterem o significado do turismo rural como vetor do desenvolvimento regional e local, de funcionamento fechado, em quisto, sem difusão dos fluxos nem de efeitos* (CAVACO, 1996, p. 109).

Alemanha e Holanda, 4% para a França e 2% para a Itália. As curiosidades naturais e as paisagens intactas estavam entre as principais motivações para o turismo rural. No que diz respeito especificamente ao agroturismo, 1% dos veranistas alemães (o que representa cerca de 630 mil pessoas) passaram férias em explorações agrícolas entre 1970 e 1985. Na Espanha, essa proporção era muito maior: cerca de 27% dos veranistas, sendo que a grande maioria deles (85%) regressava à sua região de origem para visita a parentes e amigos. Em Portugal, cerca de um terço da população que goza férias fora da residência se dirige para o interior.

Na Irlanda, cerca de 20% dos pernoites turísticos ocorrem em casas de campo, tanto em quartos para alugar dentro das propriedades (presente em 2% das explorações) como em habitações independentes situadas nos vilarejos próximos.

Na França, o agroturismo interessa apenas a 2% dos agricultores, embora a oferta de quartos represente cerca de 4% do total. Na Itália, o agroturismo também interessava apenas 2% das explorações, em 1990. E em Portugal, a oferta turística de alojamento rural representava, em 1994, menos de 2% da capacidade da hotelaria nacional e menos de 1% dos pernoites (CAVACO, 1996, p. 119-20).

LABAT e PEREZ (1994), analisando o futuro da população ativa ocupada na agricultura espanhola, recomenda que os programas de desenvolvimento rural devem contemplar a potencialização de setores econômicos capazes de criar atividades econômicas alternativas *para lograr a manutenção e o crescimento da população rural; e nesse sentido parece que a curto prazo, o setor que mais possibilidades tem é o do turismo rural, que de fato já é uma realidade na Espanha* (LABAT, PEREZ, 1994, p. 111).

Depois de afirmarem que em 1993, 7 milhões de turistas tiveram como destino as áreas rurais do país, os autores destacam que nos núcleos de menos de 2 mil habitantes na Espanha, 62% das casas existentes são domicílios secundários, o que ilustra, segundo eles, o grande papel que jogam as grandes áreas urbanas na revitalização do meio rural.

A maior parte deste turismo está constituído por retornos de famílias

ou pessoas que durante os anos 60 e 70 emigraram do meio rural e, portanto, não se trata de uma atividade turística propriamente dita. Essa situação tem algumas vantagens, como a sua integração no meio rural e na sua cultura e não gerar problemas de massificação. Todavia, não gera grandes atividades econômicas complementares já que os núcleos rurais apenas melhoram a sua infra-estrutura com esse tipo de turismo, nem se organizam as atividades de lazer, uma vez que a demanda gerada por esse tipo de pessoas normalmente é muito pequena (LABAT, PEREZ, 1994, p. 112).

Segundo LABAT e PEREZ, o turismo rural só gera atividades que permitem o desenvolvimento econômico quando se localiza em núcleos próximos a grandes cidades ou em locais com atrativos especiais. Todavia, os problemas resultantes da massificação do turismo rural que ocorrem nessas situações são muitos, destacando-se:

- a) localização extremamente pontual, que não permite o desenvolvimento de grandes áreas rurais;
- b) impactos ambientais graves, decorrentes da proliferação desordenada de construções fora do núcleo rural;
- c) abandono, ainda que não completo, das atividades agropecuárias existentes nessas zonas;
- d) excessiva terceirização da atividade econômica e grande dependência da atividade turística, sem que se desenvolvam atividades alternativas para a população local;
- e) desenvolvimento de um "turismo exógeno ao meio rural", realizado por agentes externos, com poucos benefícios para a população local (caso típico do turismo de inverno); e
- f) presença em certos casos de enclaves similares ao do turismo solpraia, deixando à margem o meio rural e suas necessidades.

Apesar dos problemas apontados, LABAT e PEREZ (1994) consideram que na Espanha o **turismo rural é a atividade econômica que tem maior futuro como motor do desenvolvimento rural**. Segundo os autores citados, o importante é conseguir que através dele se obtenham efeitos indiretos tais como:

- a) melhoria da infra-estrutura e das telecomunicações;
- b) desenvolvimento das pequenas e médias indústrias existentes no

meio rural, como conseqüência do crescimento da demanda por “artesanato” e produtos alimentícios;

- c) desenvolvimento da indústria do lazer;
- d) melhoria indireta do setor agrícola, através da potencialização de produtos de qualidade típicos de cada zona, como é o caso do mel, queijos, embutidos, etc.

Os autores sugerem, ainda, que se estimule, também, outras atividades econômicas, que possam integrar-se ao turismo rural, promovendo o desenvolvimento local, como é o caso das atividades florestais, seja para a produção de madeira, seja para atividades recreativas (passeios e caça), seja como recuperação da paisagem e de áreas agrícolas degradadas (LABAT, PEREZ, 1994, p. 113-4).

A idéia de que o turismo possa vir a ser o motor do desenvolvimento rural também é desenvolvida por PORTILLO e ALAMO (1994) a partir de uma análise dos projetos de turismo subvencionados pelo Programa Leader I (Liasion Entre Activités de Development da l'Economie Rural) que surgiu em 1991 como uma iniciativa da Comunidade Européia para as zonas rurais menos desenvolvidas, no contexto de preparar a reforma da Política Agrária Comum (PAC) de 1992. O Programa se propunha, entre outras, a financiar a assistência técnica ao desenvolvimento rural, apoiar a formação profissional, incentivar o turismo rural, bem como a valorização e comercialização de produtos agrícolas regionais¹⁶. Na Espanha, mais da metade dos recursos do Leader I foram destinados ao incentivo do turismo rural, mais especificamente em projetos do tipo "criação e melhora de hotéis" e "reabilitação de vivendas rurais".

EVANS e ILBERY mostraram que muitos dos agricultores familiares na Inglaterra, a partir da reforma da PAC de 1992, que rebaixou substancialmente os níveis de preços de suporte de produtos agropecuários importantes, foram forçados a uma reestruturação de suas atividades que envolveu a incorporação de uma atividade não-agrícola dentro e/ou fora

¹⁶ Sobre as diretrizes desses programas consultar, na *Internet*, o site <http://www.rural-europe.acidll.be/rural-pt/euro/>

das suas propriedades (*on e off-farm*).¹⁷

Os resultados apresentados por esses autores mostram que, embora nos três condados da Inglaterra e do País de Gales pesquisados – predominassem as pousadas com ou sem café da manhã (tipo B&B, *bed and breakfast*) – o envolvimento do responsável pela exploração agropecuária em outras atividades não agrícolas era muito comum: praticamente metade (48%) dos estabelecimentos visitados tinham uma outra forma de diversificação adicional às pousadas como parte de sua estratégia de diversificação dos negócios agropecuários.

A surpresa foi a revelação de que essas "outras atividades" não estavam relacionadas às já desenvolvidas nas fazendas, nem eram, na sua maioria, atividades que se poderiam chamar de complementares às pousadas. Ou seja, que pudessem formar um tipo de "pacote turístico rural", embora alguns dos proprietários já estivessem procurando oferecer, também, algumas atividades recreativas como a pesca, caça, andar à cavalo, caminhadas e outras atividades de lazer.

Uma observação interessante dos autores é que essas atividades recreativas integradas ao B&B foram estabelecidas, inicialmente, como demandas da própria população local por atividades de lazer e não pelos turistas que visitavam os vilarejos; e seguiram os padrões culturais tradicionais da região. É o que explica, por exemplo, o pequeno número de estabelecimentos com atividades eqüestres e o grande número deles com pesqueiros, que tradicionalmente é o mais comum dentre as atividades de lazer nas regiões estudadas.

Os autores observaram, também, que apenas quando as pousadas eram do tipo "sem pensão" (*self-catering*) havia uma redução da procura de trabalho fora do estabelecimento, dado o alto índice de rotatividade desse tipo de empreendimento. E que o número de acomodações (escala) da

¹⁷ Esse movimento de reestruturação produtiva tem sido conceituado como "diversificação produtiva (farm diversification)", "agricultura a tempo parcial (part-time farming)" e "pluriatividade". Os interessados na questão conceitual devem ver Fuller, Antohony (1990). From Part-time to Pluriactivity: a decade of Change in Rural Europe. **Journal of Rural Studies**, Great Britain. v. 6, n. 4, p. 361-373.

pousada era muito mais importante que o número de outras atividades não agrícolas desenvolvidas no interior do estabelecimento agropecuário para alcançar os objetivos financeiros desejados de contrabalançar as quedas das rendas agrícolas. Ou seja, as possibilidades do agroturismo como uma forma de diversificação interna aos estabelecimentos agropecuários, capaz de gerar rendas não-agrícolas, mostrava-se bastante limitada.

Uma das atividades de diversificação interna mais promissoras, registradas nessas regiões, era a venda de produtos com alto valor agregado (batatas especiais e produtos horti-granjeiros) na própria fazenda ou “na porteira”, no caso de estabelecimentos localizados às margens de rodovias importantes.

Um dos pontos enfatizados por EVANS e ILBERY (1993, p. 957) era a inexperiência dos responsáveis pelos estabelecimentos *que estavam acostumados com a passividade da comercialização dos produtos agrícolas que tinham seus preços garantidos pelo Governo e não conseguem desenvolver um pacote promocional coerente*. Além disso havia o temor de que o crescimento dessa diversificação tomasse o lugar das atividades agrícolas, que constituíam ainda a fonte de renda mais importante de quase 75% das famílias rurais nas três regiões estudadas.

Ainda, segundo os autores citados, isso confirmaria que a diversificação de atividades não agrícolas no interior das fazendas é uma estratégia não apropriada para muitos estabelecimentos agropecuários, mas também que, quando iniciada, não consegue resolver completamente o problema da queda das suas rendas agrícolas. E mesmo no caso daqueles empreendimentos não-agrícolas que mostraram um potencial para gerar uma renda significativa, os retornos obtidos com base apenas na diversificação de atividades internas aos estabelecimentos mostrou-se insuficiente como estratégia de sobrevivência ou de acumulação dessas unidades. Essa conclusão foi reforçada por outros resultados de pesquisas citados pelos autores que mostram também que apenas a diversificação interna das propriedades incorporando atividades não-agrícolas é insuficiente para enfrentar o problema da queda das suas rendas agrícolas.

Antes que se possa generalizar as conclusões de EVANS e ILBERY (1993) é oportuno lembrar primeiro que o processo de criação de atividades

não-agrícolas internas às propriedades rurais estava apenas se iniciando nas regiões analisadas (a reforma da PAC que impulsionou essa diversificação é de 1992) e ainda poderia avançar muito através da integração com outras atividades recreativas, como chamam atenção os próprios autores. E segundo, que se o agroturismo não é capaz de “resolver completamente” a queda das rendas agrícolas, sem dúvida alguma é uma das possibilidades de atenuar o problema. Ou seja, não pode ser considerado uma panacéia, mas não pode ser ignorado como alternativa. E nesse sentido, o papel das políticas públicas é fundamental, como veremos adiante.

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE TURISMO EM ÁREAS RURAIS NO BRASIL

A bibliografia sobre a importância econômica do turismo em áreas rurais no País é ainda muito restrita e a maior parte dela dedicada a apresentar estudos de casos em andamento, a exaltar os benefícios gerais da atividade e a divulgar o processo de planejamento do ecoturismo na região amazônica.¹⁸

No Brasil, a experiência mais antiga citada de turismo em áreas rurais é a do município de Lages, em Santa Catarina, que nasceu como uma alternativa ao aproveitamento da estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro, predominantes na região. São propriedades de grande importância histórica, associada às grandes tropas que percorriam as regiões sudeste e sul do País.¹⁹

¹⁸ Ver, como exemplos – além dos já citados – a série de documentos produzidos pela OEA – Organização dos Estados Americanos – e pela SUDAM/Ministério do Planejamento e Orçamento – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – no contexto do PROVAM (Programa de Estudos e Pesquisas nos Vales Amazônicos), tais como **Oferta turística da região Amazônica brasileira** (1994), **Linhas básicas para um programa de desenvolvimento do turismo na região Amazônica** (1995) e **Recursos naturais e turismo na Amazônia** (1997). Ver, também, documentos produzidos pelo PNUD/ONU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – e pela SUDAM, tais como **Projeto de investimento e desenvolvimento do setor turismo na Amazônia** (1997). E, ainda, a série de nove (9) relatórios dos “workshops” estaduais de “pólos turísticos”, produzidos, no contexto do Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira – PRODEAM – pela SUDAM, pela Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal/MMA e pela OEA (de janeiro a julho de 1997).

¹⁹ A partir de 1983 o Turismo Rural passou a ser uma atração nas “Fazendas-Pousadas” de Lavras do Sul, nos “Pampas Gaúchos”, fronteira com o Uruguai. As “Fazendas-Pousadas” recebem os hóspedes no Centro de Cultura e os levam até suas propriedades, onde são acomodados como amigos ou gente da família e participam das “lidas campeiras” (EMBRATUR, 1994, p.7).

O turismo em áreas rurais tem sido pensado mais recentemente no Brasil como uma fonte adicional de geração de emprego e renda para famílias residentes no campo, à medida que vem decaindo a ocupação e as rendas provenientes das atividades agropecuárias tradicionais.

A tabela 1 apresenta as pessoas residentes em áreas rurais ocupadas em atividades não-agrícolas classificadas segundo o setor de atividade que exerciam. O setor agrupa diferentes ocupações de um determinado ramo de atividade, como por exemplo, o caixa e o gerente de um banco, que são então classificados como “serviços financeiros”.

Como se pode ver pelos dados apresentados, a população rural ocupada em atividades não-agrícolas se concentra em setores que, em sua maior parte, exigem baixa qualificação, tais como serviços domésticos, construção civil, pequeno comércio de alimentos, etc. Assim por exemplo, dentro da administração pública, a administração municipal é o setor de atividade mais importante, fonte de emprego rural não-agrícola, respondendo por 59% dos 200 mil pessoas ocupadas em 1995 naquele ramo de atividades. Da mesma maneira podemos constatar que, no ramo do comércio de mercadorias, os setores mais importantes são o comércio de alimentos e o comércio ambulante, atividade ainda típica do interior rural brasileiro.

Note-se, ainda, que mais de um milhão de pessoas que residem na zona rural estão ocupadas em atividades ligadas ao serviço doméstico e à construção civil, que em geral exigem baixo nível de qualificação. Em compensação, o ensino público aparece a seguir, confirmando a grande importância que o aparelho de estado têm na geração de empregos na zona rural; e depois o comércio e indústria de alimentos e a indústria de transformação em geral, todos esses setores de atividade que exigem melhor nível de qualificação.

Tabela 1: Principais setores de atividade da PEA não-agrícola residente nas áreas rurais: Brasil e São Paulo, 1995

Setor de Atividade	BRASIL			SÃO PAULO		
	mil pessoas	%	tx cr 92/95 (% ^{an})	mil pessoas	%	tx cr 92/95 (% ^{an})
Serviços Domésticos	620	15,8	6,8**	110	21,1	5,4
Construção	419	10,7	8,0**	62	11,9	27,2**
Ensino Público	359	9,1	0,4	10	2,0	2,8
Comércio Alimentos	231	5,9	7,2**	14	2,7	26,0*
Indústria Alimentos	175	4,4	-0,4	29	5,5	-1,8
Ind. Transformação	151	3,9	0,1	18	3,5	8,6
Restaurantes	137	3,5	2,5	18	3,4	0,2
Alfaiataria	126	3,2	-4,1	5	0,9	6,2
Comér. Ambulante	121	3,1	8,2**	15	2,9	56,4**
Admin. Municipal	118	3,0	7,8**	10	2,0	-2,2
Subtotal	2457	62,5	4,2**	293	56,0	9,6*
TOTAL	3930	100,0	3,5**	523	100,0	9,8**

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano, tabulações especiais

Nota: (*), (**): Valores significativos ao nível de 20 e 10%, respectivamente.

Note-se, também, que aparece com destaque na tabela 1 o setor de atividade **“Restaurantes”**, que ocupava 137 mil pessoas residentes na zona rural em 1995. Entre os setores não listados na tabela 2 pode-se citar também a fabricação de rendas e redes, com 24 mil pessoas ocupadas residindo no meio rural em 1995; objetos de vime, 21 mil; organizações esportivas, 15,2 mil; hospedagem: 12,4 mil; arte e decoração, 12,3 mil; produção de alimentos caseiros, 6,4 mil; organizações culturais, 3,7 mil e outros setores similares de menor importância. Ou seja, no total são cerca de 230 mil pessoas ocupadas em setores de atividades relacionados nas PNADs que estão direta ou indiretamente relacionados com o lazer e o turismo em áreas rurais no Brasil em 1995. O que queremos ressaltar com esses dados é que vem se reproduzindo, no meio rural, uma série de “novas” atividades que quase nada têm a ver com as tradicionalmente aí desenvolvidas. Algumas delas possuem ainda uma evidente base agrícola, como é o caso da floricultura, da criação de aves exóticas, da horticultura, etc. Porém, outras quase nada têm de base agrícola, como é o caso dos hotéis e dos condomínios de alto padrão.²⁰

²⁰ Utilizou-se o termo novas entre aspas porque nem todas estas atividades são tão novas assim. Na verdade, sempre existiu a produção de flores e plantas ornamentais, de hortaliças, de cogumelos, etc. Entretanto, estas

A atual crise agrícola – que se traduz basicamente por uma queda dos preços das principais *commodities*, como suco de laranja, café e grãos, e numa queda do valor dos imóveis rurais – impôs limites à expansão das tradicionais atividades agropecuárias. Nesse contexto, ganham importância essas “novas atividades agrícolas” altamente intensivas e de pequena escala, propiciando novas oportunidades para um conjunto de pequenos produtores que já não se pode chamar de agricultores ou pecuaristas; e que muitas vezes nem são produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas ou urbanas.

É difícil ainda estimar o peso econômico dessas “novas” atividades agrícolas e não-agrícolas. Mas, apenas para dar uma idéia da sua importância econômica – não aprofundando, no momento, nas importantes questões de identidade cultural e das relações sociais – basta dizer que as festas de rodeio, leilões e exposições agropecuárias movimentaram juntos cerca de US\$ 3,3 bilhões em 1996, o que significa metade do valor das exportações brasileiras de soja (farelo e grão), café (cru em grão) e suco de laranja (congelado e concentrado) no mesmo ano.²¹

A seguir apresentamos algumas dessas “novas atividades” não-agrícolas que vêm se desenvolvendo no meio rural brasileiro – não associadas, necessariamente, ao agroturismo, nos termos colocados para este texto, mas de impactos nas questões de emprego e de geração de rendas não-agrícolas no meio rural.

Chácaras de recreio e Condomínios rurais – É difícil quantificar a proliferação dos sítios de recreio, ou simplesmente chácaras, como são chamadas no interior do estado de São Paulo.²² São pequenas áreas de

atividades foram praticamente recriadas a partir de demandas diferenciadas de nichos ou de uma diferenciação dos mercados tradicionais dessas mesmas atividades. E foram recriadas não apenas com uma roupagem nova, mas também com um conteúdo novo: são, no fundo, serviços pessoais e auxiliares da produção que foram agregados às tradicionais cadeias produtivas agroindustriais, criando um novo espaço para a emergência de pequenos e grandes empreendimentos nesse longo caminho que hoje vai do produtor rural ao consumidor final. GRAZIANO DA SILVA, BALSADI, José, DEL GROSSI M. Otávio (1997).

²¹ Idem, op. cit., p. 60-1

²² Ver a respeito: GRAZIANO DA SILVA, J. et al. (1996).

terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana, geralmente inferiores a 2 hectares (que é o menor módulo rural), localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, e com fácil acesso através das principais rodovias asfaltadas do País.

O aluguel das chácaras de recreio para a realização de festas e reuniões também já é uma atividade comercial expressiva em várias regiões do País. No município de Campinas, SP, por exemplo, em novembro de 1996, era possível alugar uma chácara de 1.500 a 5.000 m² para cerca de 80 pessoas pela diária de R\$100,00 a R\$ 450,00. Em geral essas chácaras para alugar costumam oferecer alguns equipamentos como piscina, minicampos e churrasqueiras, além dos tradicionais utensílios domésticos básicos (fogão, geladeira, freezer, etc). *A procura aumenta no final do ano devido à época de férias e à maior ocorrência de festas de confraternização de funcionários de empresas e de estudantes*, declarou um corretor local de uma imobiliária que vem se especializando no ramo.²³

O impacto da proliferação das chácaras de fim-de-semana tem sido notável sobre a paisagem rural. Primeiro, podem contribuir para manter áreas de preservação/conservação do que restou da flora local e muitas vezes dão início a um processo de reflorestamento, mesclando espécies exóticas e nativas. Segundo, expulsam as “grandes culturas” que, em geral, utilizam-se de grandes quantidades de insumos químicos e de máquinas pesadas, das periferias das cidades. Terceiro – enfocando apenas aspectos de modificação da paisagem rural e de relações econômicas – dão novo uso a terras, geralmente abandonadas e antes ocupadas com pequena agricultura familiar, inclusive podendo assalariar antigos posseiros e moradores do local como “caseiros”, jardineiros e outras práticas de preservação e principalmente guardiões do patrimônio aí imobilizado na ausência dos proprietários.

Infelizmente, até agora, tem sido dada quase que exclusiva atenção à tarefa de coibir os aspectos negativos desse importante fenômeno, co-

²³ **Folha de S. Paulo**, Caderno Sudeste, p. 6 edição de 3-11-96.

mo, por exemplo, a especulação imobiliária, a sonegação fiscal e trabalhista, e o desvio de recursos do crédito rural, que ocorrem com muita freqüência. É isso que explica a postura coercitiva da legislação brasileira sobre o assunto.

Há porém aspectos positivos que, se devidamente direcionados, poderiam vir a ser objeto de novas políticas públicas. O primeiro, é o do emprego: bem ou mal, o contingente de caseiros representa hoje um segmento expressivo dos trabalhadores domésticos (mais de 15% da PEA rural não-agrícola brasileira em 1995) que está por merecer uma atenção específica da legislação trabalhista brasileira. Segundo, a cessão da casa de moradia (e por vezes também do direito de manter uma horta doméstica e criações) que, em geral, acompanha o vínculo empregatício. Prefeituras do interior do estado de São Paulo, por exemplo, têm desenvolvido verdadeiros programas habitacionais que merecem ser estudados com maior profundidade, visando recuperar casas abandonadas nas antigas colônias das fazendas e disponibilizando meios de transporte público para os trabalhadores urbanos que aí vierem a residir. Terceiro, o uso menos intensivo do solo, de água e de outros recursos naturais têm favorecido um novo tipo de povoamento rural, antes desconhecido, num país que se caracteriza por grandes conglomerados urbanos. Quarto, em grande parte dessas chácaras nota-se a emergência de um conjunto de atividades intensivas (como olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura e criação de pequenos animais tipo rã, canários e aves exóticas), como uma forma alternativa de complementar a renda familiar e reduzir os custos das atividades de lazer que aí se desenvolvem.

Pesca amadora – Dentre as atividades de lazer, a pesca é uma das modalidades mais praticadas no mundo, demandando uma série de serviços do setor turismo.²⁴

²⁴ Nos Estados Unidos, por exemplo, onde existem 50 milhões de pescadores esportivos licenciados, demandando US\$ 24 bilhões em atividades ligadas à pesca amadora, esta modalidade de turismo gera 890 mil empregos diretos. Também em outros países como Inglaterra, Canadá, Argentina, Chile e Japão a pesca amadora tem contribuído para a geração de receitas significativas, viabilizando recursos tanto para seu próprio desenvolvimento quanto para outros projetos de turismo e meio ambiente.

Em 1997 o IBAMA expediu 140 mil licenças para a prática de pesca amadora em todo o País. São números modestos, considerando-se que o contingente destes turistas é de 30 milhões de pessoas, e que este contingente movimentou R\$ 600 milhões entre passagens e hospedagens.

O Brasil conta hoje com mais de 400 estruturas turísticas (pousadas, marinas, barcos-hotéis, etc.) voltados para a pesca amadora. Dentre estas, cinco estruturas, localizadas na região amazônica, estão direcionadas exclusivamente ao mercado americano, atendendo 1.500 turistas por ano que desembolsam entre US\$ 2.800 a US\$ 4.500 por pacote de sete dias. Exemplo do potencial do setor da pesca amadora é a Feira Internacional da Pesca – FEIPESC, que em 1997 recebeu 270 mil visitantes, em cinco dias, e movimentou US\$ 70 milhões. Esta feira, em sua quarta edição, já é a quinta maior feira do País em número de visitantes (num setor que cresce a passos largos, com grandes investimentos externos); é também, a quarta feira mais importante do setor no mundo. Outra feira similar, de grande porte, é prevista para março de 1999, no Pavilhão da Bienal do Parque do Ibirapuera – “Pesca Brasil 99” (Feira Nacional e Internacional de Pesca).

É importante destacar que também existem no País três programas semanais de televisão e três revistas mensais que tratam exclusivamente de assuntos afins à pesca amadora. Ademais, cabe registrar que o Brasil é considerado um dos mais ricos países em espécies de peixes de interesse da pesca esportiva, o que o torna importante destino para aqueles que cultuam esta forma de turismo.

Uma forma bastante difundida e econômica de pesca acontece nos *pesque-pague's*. Existem hoje no País mais de 2.200 instalações deste tipo. Embora a legislação²⁵ exija que todo clube, federação, pousada, hotel ou operadora de turismo que opere com a pesca amadora tenha que ter registro no IBAMA, na realidade isto pouco acontece. Assim, acredita-se que apenas 0,1% dos **pesque-pague's** existentes estejam registrados.

Segundo GRAZIANO DA SILVA, BALSADI e DEL GROSSI (1997), as

²⁵ IBAMA, Portaria n. 1.853, de 21 de dezembro de 1989.

"pesque-pague's", destinados ao lazer da classe média urbana, normalmente estão localizados em chácaras e sítios de fácil acesso pelas principais rodovias do estado de São Paulo e oferecem aos clientes bons e diversificados serviços – estacionamento, lanchonete, material para pesca, etc. Muitas destas chácaras trocaram a agricultura por esta atividade, que responde por mais de 90% do destino dos peixes de água doce criados em cativeiro. Além deste estímulo para a piscicultura, muitas vezes desenvolvida em regiões pobres como o Vale do Ribeira, em São Paulo, os **pesque-pague's** podem gerar uma alta receita para os proprietários – alguns têm obtido uma receita de mais de 6 mil reais por semana.

Também pelo lado do processamento industrial, a piscicultura de água doce deve converter-se em importante atividade rural e fonte de renda para os agricultores. Na região de Ribeirão Preto, a Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia (Carol) está instalando um frigorífico com capacidade para processar cinco toneladas diárias de peixe. O objetivo é fornecer uma melhor alternativa de renda aos cooperados, que normalmente têm arrendado suas terras para as usinas cultivarem cana-de-açúcar. A criação deverá dar-se pelo sistema de semi-integração, em que a cooperativa fornece os alevinos, a assistência técnica e a ração para os criadores. Desta forma, o abastecimento da indústria fica garantido, uma vez que esta compete com os "pesque-pague's" pelo fornecimento da matéria-prima, e estes, geralmente, pagam um preço melhor pelo quilo do peixe.²⁶

Turismo em rios e represas – Um importante fator de indução do crescimento de atividades não-agrícolas no meio rural tem sido o aproveitamento para lazer das represas formadas para geração de energia elétrica. Também pode-se destacar a hidrovia Tietê-Paraná: nos seus atuais 1,1 mil quilômetros navegáveis entre o porto de Anhembi (SP) e o município de São Simão (GO), movimentou, em 1996, cerca de US\$ 300 milhões, tendo como carro-chefe o transporte de grãos (1,2 milhão de toneladas dentre os 5 milhões transportados, principalmente de milho e soja), nos cinco estados envolvidos: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. Isso vem sendo apontado como o grande vetor de desenvolvimento nos 206 municípios abrangidos pela hidrovia, devido à perspectiva de geração de novos empregos nesses municípios,

²⁶ GRAZIANO DA SILVA, BALSADI e DEL GROSSI, 1997, p. 57-58.

de perfil eminentemente agrícola, ligados ao turismo rural e ecológico, com a construção de pólos turísticos, 21 objetivando aproveitar (otimizar) os recursos naturais do rio Tietê, além de outras modalidades, como os já conhecidos passeios de barco nas cidades de Barra Bonita e Pederneiras.

Fazenda-Hotel – Além dos já conhecidos hotéis-fazendas, um novo e bem-sucedido serviço começa a ganhar força: a fazenda-hotel. A diferença básica em comparação aos hotéis-fazendas tradicionais é que, na fazenda-hotel a exploração agropecuária mantém suas atividades e rotinas originais. Como explicam SILVA e BALDAN²⁷

a fazenda-hotel está voltada para uma clientela urbana cada vez mais carente de contato com o cotidiano da terra, com a rotina de um modo de vida que, pelo menos no imaginário urbano, remete a uma reconciliação com a natureza.(...) aqui as atrações não são ornamentais e isso é decisivo para o seu sucesso junto a um público saturado de simulações e banalizações impostas pelo mercado de consumo. A característica básica desses empreendimentos é que as fazendas continuam produtivas. Além de andar a cavalo, contemplar paisagens e praticar esportes, os hóspedes podem vivenciar rotinas que vão desde a ordenha à alimentação do gado, o trato dos suínos e as colheitas. Um ingrediente que instiga, seduz e informa.

As pessoas que procuram esse tipo de hotel entendem o conforto como secundário, mas a autenticidade de uma velha sede colonial é muitas vezes decisiva. E abrir o hotel é, muitas vezes, a forma de preservar a própria sede. São citados vários casos em que a renda gerada pelos hóspedes acaba se tornando mais importante que aquela proveniente da atividade agropecuária.

Os proprietários entrevistados destacam que a nova atividade – que nada mais representa do que montar um hotel na fazenda e não transformar a fazenda num hotel – não constitui apenas uma fonte de renda extra para os produtores agropecuários, mas também uma importante fonte de retenção de mão-de-obra no campo: *a participação dos empregados rurais na hotelaria é mais ou menos generalizada. Eles servem de guia nos*

²⁷ SILVA, G., BALDAN J. C. Férias no campo. **Globo Rural**, p. 36-40, fev.

*passaios, orientam e identificam as espécies de árvores no local e ajudam nos serviços.*²⁸

Além de algumas propriedades do município de Lages, no Estado de Santa Catarina, como exemplos, também no Rio Grande do Sul, as propriedades rurais que possuem videiras em produção com pequenas cantinas produtoras de vinho da região de Caxias do Sul e Bento Gonçalves têm aberto suas instalações para acolher turistas interessados em conhecer a arte da vinificação.

Em Minas Gerais, a Associação Mineira dos Produtores de Aguardente de Qualidade – AMPAQ – estabeleceu como meta de seu Plano Diretor a criação de um “Roteiro Turístico da Cachaça”. O objetivo é levar o apreciador da cachaça a se inteirar do processo artesanal de produção da cachaça de qualidade. As fazendas – aqui entendidas como fazendas-hotéis apenas se mantêm sua exploração agrícola tradicional – serão classificadas em “nós de cana”, uma referência as estrelas, que indicam a categoria dos hotéis tradicionais. Em 1996 foi feita uma primeira viagem experimental, denominada “Roteiro Metropolitano”, saindo de Belo Horizonte e passando por Sabará, Caeté, Nova União, Santa Bárbara e Barão de Cocais.²⁹

Um grupo de fazendeiros de Mococa, cidade paulista na divisa com Minas Gerais, está aproveitando o interesse pelo turismo rural para abrir as portas de suas propriedades e mostrar um rico patrimônio histórico, preservado por várias gerações. Casas de pau-a-pique construídas no século passado, mobiliário de época, documentos e boas histórias passadas de pai para filho podem ser apreciados em um passeio que mistura cultura com enduro à cavalo por trilhas que ligam as 15 fazendas do roteiro.³⁰ A arquitetura em estilo colonial e erguida sobre estrutura de pau-a-pique está toda preservada. É possível também ver móveis de época, como sofás que pertenceram à família imperial, pianolas, pias inglesas e mais uma série de peças do mobiliário que os fazendeiros souberam

²⁸ Idem, op. cit., p. 59-60.

²⁹ Revista Cachaça de Minas, Belo Horizonte/AMPAQ. v. 1, n. 1, dez/1997.

³⁰ CARRER JR, Nelson. Fazendeiros abrem porteiros aos turistas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 mar. 1997.

guardar e hoje fazem inveja a muitos antiquários. “E nada está à venda”, ressalta o autor da reportagem, mais acostumado a relatar a crise por que passa a agropecuária da região.

E não são somente os grandes fazendeiros que descobriram o agroturismo como fonte complementar de renda para suas propriedades. No Espírito Santo, os pequenos produtores da tradicional (italiana-brasileira) Venda Nova do Imigrante (em uma região já explorada pelo ecoturismo e por esportes na natureza) – de forma associativa – cujo belo cenário da serra capixaba encanta aos moradores e visitantes, estão dando seus passos no agroturismo e no lazer rural – através da venda de produtos agroindustriais caseiros, venda de plantas ornamentais e de hortaliças orgânicas, entre outras atividades, como novas pousadas. Dados indicam 400 empregos diretos criados com a nova atividade.³¹

E também em Brasília, mesclando turismo com lazer rural, onde o Sindicato Rural criou até um Departamento de Turismo Rural. No Distrito Federal, são 32 projetos de turismo rural operando e 25 em implantação, com apoio da Secretaria de Turismo do DF e do SEBRAE.

E até mesmo os antigos trabalhadores sem terra estão vendo no turismo uma nova perspectiva para a reforma agrária. Em Pernambuco, 67 famílias do Assentamento Barra Azul no município de Bonito, conhecido pela beleza de seus recursos naturais, estão recebendo o apoio de instituições públicas (INCRA, EMATER e Empresa Estadual de Turismo) para criar uma estrutura que lhes permita receber melhor os visitantes. O projeto prevê a transformação da antiga cocheira em box de vendas de produtos agropecuários e da casa grande do velho engenho que existiu na fazenda numa pousada com um restaurante típico. A idéia é os próprios assentados se encarreguem de tocar o programa, fornecendo a mão-de-obra necessária. Para tanto, serão realizados cursos de capacitação e treinamento inclusive com a inclusão de disciplinas sobre turismo e ecologia no *curriculum* da escola local.³²

³¹ SILVA, Gislene. Passeio na roça. *Revista Globo Rural*, v. 13, n. 147, p. 48-50, jan. 1998.

³² LACERDA, D.(1997).

Hotel-fazenda³³ - A região de Lages, SC, município chamado hoje de Capital Nacional do Turismo Rural – além de possuir fazendas-hotéis, possui alguns hotéis-fazenda – começou a desenvolver seu potencial com a criação de uma entidade para cuidar do assunto, em 1983. Cientes de que a natureza não havia apresentado a região com pontos turísticos tradicionais, buscou-se o potencial existente nas centenárias fazendas locais que deram abrigo aos tropeiros gaúchos que se dirigiam às feiras de gado de São Paulo no século passado, através da famosa estrada do Viamão. Em 1996, somente oito empreendimentos do município receberam cerca de 30 mil visitantes, proporcionando um volume de negócios da ordem de R\$ 2 milhões. Os serviços oferecidos incluem cavalgadas, passeios em trilhas na mata, contato com as atividades desenvolvidas nas fazendas e pescarias.³⁴

De acordo com os dados apresentados no 1º Seminário Internacional de Turismo Rural,³⁵ realizado em Campo Grande, MS, em março de 1997, existiam na época 220 fazendas cadastradas no estado, interessadas em investir no turismo rural. O crescimento dessa atividade pode ser um incentivo à preservação da ecologia da região. *O fazendeiro que estiver envolvido no projeto vai pensar dez vezes antes de matar os jacarés que vivem em sua propriedade*, declarou o Secretário de Turismo local.

No caso do Rio Grande do Sul, um folheto da Secretaria Estadual do Turismo (bem elaborado, de forma a traduzir o estilo rústico do rural gaúcho), lista uma série de equipamentos de hospedagem (contendo apenas municípios, nomes e telefones, além de explicações resumidas para cada divisão geral dos equipamentos) – divididos em “casas de fazenda” (22), “casas de colônia” (2), “fazendas-hospedarias” (5) e “hospedarias coloniais” (3) – e de (41) “programas especiais de turismo rural” (identificados por municípios, nomes e telefones). A listagem destes programas, bem co-

³³ É preciso dizer que muitos dos estabelecimentos classificados como hotéis-fazenda podem ser na verdade Fazendas-Hotel; não há como distingui-los por falta de informação detalhada a respeito. O **Guia 4 Rodas** distingue, ainda, a “hospedagem rural”, que eles diferem de hotel-fazenda, sem que saibamos exatamente os critérios da distinção entre eles.

³⁴ Aniversário de Lages. Suplemento Especial. Diário Catarinense de 22-11-97.

³⁵ SILVA, Andréa Carvalho. Turismo rural revela seu potencial em MS. **Jornal O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 mar. 1997.

mo as fotografias contidas neste folheto, refletem, em alguns casos, e de forma positiva, a riqueza de definições sobre turismo em zonas rurais, mesclando, por exemplo, operadores de turismo eqüestre tradicionalmente divulgados, como produtos ecoturísticos, **pesque-pague's** e degustação de vinhos em vinícolas, com produtos do turismo rural.

Complexos Hípicos – Este tipo de atividade tem surgido pela constatação de que os negócios ligados ao hipismo movimentaram R\$ 2,8 bilhões no período 1993-97 no Brasil. Um deles está sendo construído em Boituva, interior de São Paulo, com investimentos da ordem de R\$ 5,5 milhões. Além de todas as instalações e atividades relacionadas ao hipismo (centro hípico com arena coberta, provas, rodeios, *shows*), o empreendimento conta com toda a infra-estrutura de um grande hotel (piscinas, quadras de futebol, tênis, etc), onde o cardápio deverá incluir cabrito, javali, perdiz e outros animais “exóticos”, o que indica a sua inter-relação com a atividade de criação destes animais, que foi mostrada anteriormente.³⁶

Leilões e Exposições Agropecuárias – Entidades ligadas ao setor estimam que os leilões – especialmente de cavalos e gado de corte e leite – movimentaram cerca de US\$ 700 milhões, em 1996. Apesar dos leilões terem crescido em número de pregões, observa-se uma redução na oferta de animais, devido aos altos custos envolvidos. Há empresas especializadas que se encarregam da realização dos eventos, atuando desde a seleção e pré-avaliação dos animais até a contratação de financiamentos para dar suporte aos negócios realizados. As exposições agropecuárias são as que mais têm crescido: movimentam cerca de US\$ 2,1 bilhões em aproximadamente 2 mil eventos por ano no País. Embora não existam mais linhas de financiamento específicas para as exposições agropecuárias, há um aumento do prazo de recolhimento do ICMS sobre os produtos vendidos nas feiras de modo geral, além de financiamentos diretos feitos pelos bancos, geralmente presentes nos eventos mais importantes.³⁷

³⁶ Graziano da Silva, Balsadi e Del Grossi, 1997, p. 60.

³⁷ Idem, op.cit., p. 60.

Festas e Rodeios – Estas atividades movimentaram cerca de US\$ 500 milhões em 1996. Para se ter uma idéia da sua popularidade hoje no País, basta dizer que o seu público ultrapassou o total de torcedores presentes nos campeonatos de futebol do País: estima-se que 26 milhões de pessoas assistiram aos 1.238 rodeios previstos para 1997. É uma atividade de muito dinamismo, dando suporte para o crescimento econômico de muitas cidades pequenas e médias do interior. A festa de Peão de Boiadeiro de Barretos, considerado o maior dos eventos de rodeio do mundo, movimenta anualmente cerca de US\$ 120 milhões, mais do que os US\$ 45 milhões movimentados pelo carnaval carioca. Durante a festa, que dura uma semana, a população da cidade, de 110 mil habitantes, salta para 1,2 milhão. Na cidade de Americana, no interior de São Paulo, a festa do Peão de Boiadeiro faz a população saltar de 220 mil para 470 mil pessoas. Com um movimento de US\$15 milhões numa semana, essa atividade já representa cerca de 10% da receita da cidade e vem sendo uma das saídas para a crise do comércio local, causada pela decadência da indústria têxtil, responsável por cerca de 60% da economia do município.

Estas atividades do “negócio *country*” têm estimulado, também, a proliferação de outros negócios associados, como as grandes casas de espetáculo no interior do País. Um exemplo é a Red Eventos, construída em Jaguariúna – região de Campinas, a um custo de US\$ 2 milhões, onde ocorrem promoções de *shows* musicais, exposições, leilões etc, tendo reflexos importantes na economia local .

Um artigo recente,³⁸ ilustra a questão com outros dados complementares. Apenas o “Barretão” (maior rodeio do mundo), que ocupa 1,2 milhão de m², atrai 1,2 milhão de jovens no mês de agosto e movimenta R\$ 120 milhões ao ano. O Brasil é o segundo mercado *country* mundial. São 24 milhões de pessoas, em 1.200 rodeios pelo Brasil (80% deles em SP, MS, MT, PR, GO e MG – o que equivale dizer: PIB de US\$ 432,3 bilhões; 68 milhões de habitantes; e US\$ 6,3 mil de PIB per capita). Somente as

³⁸ *Revista Isto É* (27-8-97 - n. 1.456 - p. 108-116), “O país dos *cowboys* - brasileiros copiam modelo americano e fazem do mundo *country* um negócio bilionário”.

festas geram 240 mil empregos diretos e indiretos – em sua maioria, temporários (mas o dobro do oferecido pelas montadoras brasileiras) – e movimentam R\$ 530 milhões (contra R\$ 45 milhões em receitas do carnaval carioca). De todos os discos e CDs vendidos no Brasil, em 1996, 14% foram deste segmento. Para comprovar a qualificação do público, somente o “Barretão” (durante o evento) possuía uma rede de telefonia celular instalada para até 6,6 mil ligações simultâneas.

Fazendas de caça – O Brasil possui pouca literatura e dados sobre o assunto,³⁹ que é um dos itens mais importantes do turismo em áreas rurais em países como, por exemplo, a Inglaterra e a França.⁴⁰

A Secretaria de Turismo do Paraná,⁴¹ por exemplo, recomenda duas fazendas de caça no estado para os aficionados deste esporte: a Fazenda Guaicurus, a 474km de Curitiba, permite a caça à patos e aves durante o ano todo. *A sede da fazenda de café e gado foi transformada em hotel. Oferece, ainda, passeios a cavalo, pesca, trilhas ecológicas, piscina, comida caseira preparada com alimentos colhidos ali mesmo. Para hospedagem oferece chalés, com quartos equipados com ar condicionado, localizados próximos a um tanque, com aco-*

³⁹ Uma exceção é o material sobre “caça amadorista no Rio Grande do Sul” publicado conjuntamente pela Federação Gaúcha de Caça e Tiro e pela Associação Gaúcha de Caça e Conservação. Em **“Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil”** (organizado por VALLADARES-PÁDUA, Cláudio, BODMER, Richard E., CULLEN JR, Laury. - Brasília: CNPq/Belém: Sociedade Civil Mamirauá, com apoio de IPÊ, 1997. 296 pgs.), REDFORD, Kent H. analisa o problema da caça (“A floresta vazia”) – comercial e de subsistência – no País e em particular na floresta amazônica.

⁴⁰ Em artigo no Jornal **“O Estado de São Paulo”** – 15-3-98 (p. A20 e A21) – “Caça mobiliza mais que política na França”, lê-se que neste país, de características histórico-culturais e sócio-ambientais tão distintas do Brasil, pode-se tirar um exemplo comparativo desta atividade tão polêmica (que causa, ao ano, 20 mortes acidentais de caçadores), onde são 1,6 milhão de caçadores licenciados na França (o maior número de toda a Europa) – distribuídos entre 40 mil associações e clubes de caça. 60% deles pertencem à classe operária ou trabalhadores no campo. No total, movimentam quase 3 bilhões de dólares, mantendo 25 mil empregos diretos. Com uma excelente estrutura estatal, a gestão da caça e o desenvolvimento, a pesquisa e a preservação do conjunto da fauna, multiplicaram-na por seis, nos últimos 20 anos. Os proprietários de terras, em alguns casos, têm direito de caça (uma importante conquista da Revolução Francesa), e em outros, devem “alugá-lo” de associações municipais. As indenizações por danos causados às lavouras – pelos animais – são feitas com recursos dos caçadores, através do aparato estatal. Algumas fazendas produziram animais para caça (como exemplo, em 1997 foram vendidos 12 milhões de faisões para os clubes de caça).

⁴¹ O e-mail: turismo@pr.gov.br.

modação para até 10 pessoas. A fazenda recebe apenas grupos fechados, sendo que a licença, armas e cães são fornecidos pelo proprietário. A segunda, a Fazenda Marimbondo, possui 1.000 alqueires onde cria espécies exóticas como cervos, antílopes, faisões e outras aves, o que também permite a caça o ano todo. Mas as emoções da fazenda não acabam aqui: cursos de equitação e doma, passeios ecológicos em trilhas internas, canoagem, além da exposição de animais premiados, estão listados entre as atividades que podem ser desenvolvidas pelos hóspedes. Possui acomodação para no máximo 12 pessoas e também fornece todo o material de primeira linha necessário para a caça a um preço acessível.

Fazenda-escola – Com o objetivo de fazer com que a criança paulistana entre 1 e 9 anos tenha um contato maior com a natureza, seja andando a cavalo ou fazendo a ordenha de uma vaca, funciona na zona rural de um bairro da metrópole de São Paulo, uma minifazenda de 0,5 hectares que conta com um lago artificial, pomar, minhocário, galinheiro, viveiro de pássaros e uma pequena horta onde as crianças podem desde alimentar bodes e coelhos até ajudar a dar banho em uma búfala. Cada animal ou planta está identificado por meio de uma placa e o monitor que acompanha o grupo de crianças vai dando informações complementares durante o percurso. A mini-fazenda apresenta também peças teatrais e vídeos didáticos aos visitantes.⁴²

Visitas programadas e cursos especiais – Além da exatidão do termo turismo (associado ao pernoite), tem crescido recentemente os casos dos visitantes que passam o dia nas fazendas e retornam à sede do município para dormir. Os mais conhecidos são os dos municípios de São Martinho, em Santa Catarina, e Domingos Martins, no Espírito Santo. Fazendas e sítios de São Martinho, atraem uma gama de turistas que ali vão para comprar e aprender as técnicas e receitas tradicionais de massas, bolos e confeitos alemães. Este mesmo tipo de turismo acontece também em Domingos Martins, onde são programadas atividades de cursos de culinária e de artesanato.

⁴² Guia da Folha de S. Paulo, edição de 6 a 12-3-98, p.30.

Artesanato – Antes de finalizar esta seção, vale a pena lembrar a crescente importância que vem assumindo a revitalização de atividades tradicionais, como o artesanato (produção de tapetes, redes, chapéus, flores secas, etc.), além de rapaduras e outros doces típicos, e as feiras e festas populares. Tais atividades, primordialmente apenas de caráter religioso, de lazer e geradoras de valores de uso, tendem a ser cada vez mais organizadas comercialmente e estão se constituindo em importantes fontes de trabalho e de renda nos pequenos municípios do interior do País.⁴³

O artesanato ilustra bem o caráter "novo" dessas atividades que por vezes são já tradicionais no meio rural brasileiro. ANDREIA COUTO (1998), em trabalho ainda inédito, mostra que num pequeno povoado do sul de Minas Gerais perto da divisa com o estado de São Paulo, a fabricação de cestas e artigos de bambu era uma atividade auxiliar da produção agrícola, destinada a embalar o milho e outros produtos agropecuários para transporte em lombo de animais. Hoje, o artesanato de bambu tornou-se ele mesmo uma atividade econômica, mais lucrativa até que os produtos tradicionais da região. Constituiu-se assim uma nova cadeia produtiva no povoado, já havendo mesmo aqueles que se dedicam a plantar bambu e fornecer a matéria prima aos artesãos do local.

É como se houvesse uma busca incessante dos capitais no sentido de converter em mercadorias todos os valores de uso, o que leva à criação de novos mercados e de novas necessidades, explica Marsden (1990). Ao analisar transformações semelhantes que estão ocorrendo na Inglaterra, este autor afirma que muitas famílias optaram por diversificar a sua prestação de serviços, e não a produção agrícola, como parte de uma estratégia de resistência a ingressar no *treadmill* tecnológico da Revolução Verde. A pluriatividade daí resultante é consequência desse esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem. E não pode ser considerada parte de um processo de proletarianização que resulta da decadência da propriedade familiar, mas sim como

⁴³ CERRI, C. O baú do Brasil. *Globo Rural*. Rio de Janeiro, n. 120, p. 64-74, out. 1995. E também: Nordeste: sertão fabril. *Globo Rural*. Rio de Janeiro, n. 137, mar. 1997, p. 36-41.

uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não conseguem se reproduzir apenas nos espaços agrícolas do novo mundo rural que está sendo construído a partir de uma valorização de bens não tangíveis antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritos dos cotidianos agrícola e pecuário.

POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO EM ÁREAS RURAIS

A Política Nacional de Turismo é de responsabilidade do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, através do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. Ao contrário do que se verificou no passado, onde as ações do Governo Federal estiveram voltadas ao fomento e normatização, controle da qualidade dos serviços privados e pode-se contar com incentivos fiscais e creditícios para investimentos, no presente a política do turismo está orientada para a parceria entre governo e iniciativa privada, com ênfase na descentralização de competências e responsabilidades, no fortalecimento institucional e na capacitação dos órgãos e empresas de turismo.

O governo brasileiro define a atual Política Nacional de Turismo como um “conjunto de diretrizes, estratégias, objetivos e ações formuladas e executadas pelo estado, através do MICT-EMBRATUR, pelo Sistema Oficial de Turismo e pela iniciativa privada, por intermédio da Câmara Setorial do Turismo, tendo como finalidade promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e do desenvolvimento econômico”.⁴⁴

As metas da Política Nacional de Turismo para 1999 são as seguintes:

- Elevar o número de ingresso de turistas estrangeiros em 111%, de forma a receber, em 1999, 3,8 milhões de estrangeiros;
- Elevar o ingresso de divisas estrangeiras em 105%, de forma a alcançar, em 1999, US\$ 4 bilhões;

⁴⁴ MICT/EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo, 1996.

- Gerar maior número de empregos, de modo que a PEA empregada no setor passe de 9% para mais de 10,6%, que é a média mundial.⁴⁵

Na Política Nacional de Turismo são apontados vinte e três programas onde, além do Programa Nacional de Ecoturismo, destacam-se como mais diretamente relacionados à questão do turismo em áreas rurais: o Programa Nacional de Municipalização do Turismo e o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora. A preocupação quanto ao desenvolvimento sustentado e a descentralização na formulação e execução da política de turismo estão presentes nesses programas.

Mas **não há um programa específico de turismo rural ou agroturismo**, nos termos que o estamos conceituando aqui. Esse nos parece ser o nó da questão: não há uma política de turismo efetivamente integrada às outras atividades que ocorrem no espaço rural do País. Na verdade, em função do crescente interesse das populações urbanas em buscar o meio rural como roteiro de lazer e descanso e diante da necessidade de se impor um conjunto de regras e preceitos ao funcionamento da atividade, a EMBRATUR lançou, em 1994, o já citado **Manual Operacional do Turismo Rural**. O objetivo do Manual não era criar um conjunto de leis e normas para o setor, mas apresentar e sugerir, particularmente a quem está ingressando na atividade, alguns modelos de funcionamento e gestão do que se entendia, à época, como Turismo Rural. Mas o Manual não representa a definição de uma política específica de agroturismo para o País.

Passados quatro anos da edição daquele Manual, e com o crescente aumento da demanda, por parte da população, e da oferta, da parte de diversos e diferentes agentes econômicos, neste primeiro semestre de 1998 a EMBRATUR está promovendo uma série de debates, seminários e *workshops*, com a participação dos diversos envolvidos, com o objetivo de

⁴⁵ “O governo espera, com o lançamento da Política Nacional do Turismo, aumentar o número de empregos no setor de 9% da população economicamente ativa para 10,6%” – Nelson de Abreu Pinto (Presidente da ABRESI), em “Conclusão e análise” – **“A indústria do turismo no Brasil - perfil & tendências”** (EMBRATUR, SEBRAE e ABRESI – Associação Brasileira das Entidades de Hospedagem, Alimentação e Turismo – 1996).

definir uma política específica para o Turismo Rural. Na elaboração desta política será feito um esforço amplo, tanto para edição de um conjunto de preceitos que normatizem a atividade como, também, a revisão de uma série de normas legais que, editadas com um propósito, muitas das vezes podem comprometer o espírito ou inviabilizar economicamente a atividade.

O esforço mais recente neste sentido, ocorreu em Brasília, de 15 a 17 de julho de 1998, correspondendo a um esforço integrado entre o Ministério da Agricultura e o Instituto EMBRATUR (pelo MICT). Foram 40 pessoas, de várias origens e atuações diversas, reunidas na “Oficina de Planejamento - subsídios ao Plano Nacional de Turismo Rural”, utilizando “passos do (*bastante utilizado*) método ZOPP”.

Esta oficina partiu do seguinte problema – “turismo rural não ordenado e pouco desenvolvido” – com algumas causas que foram estudadas: atividades do segmento não regulamentadas; informação/comunicação insuficientes; promoção e comercialização insuficientes; infra-estrutura precária; incentivos ao turismo rural insuficientes; comunidades locais pouco envolvidas; e pessoal pouco capacitado. O objetivo do Plano e seus resultados situam-se no enfrentamento do problema e de suas “causas”.

Segundo informações da ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Rural – o crescimento desordenado desta atividade tem gerado uma série de problemas tais como: dificuldade de enquadramento do pessoal ocupado (trabalhador rural ou serviço) e especialização das fazendas nas atividades de turismo e hotelaria em detrimento de sua atividade agrícola ou pecuária original.

A ABRATURR destaca, também, que o crescimento do setor tem despertado a atração dos agentes de fiscalização e exigências de cumprimento de regulamentos e normas que desfiguram a atividade. O ECAD, por exemplo, tem procurado cobrar direitos dos músicos quando os estabelecimentos oferecem alguma atração como, por exemplo, apresentação de “tocadores de viola”. Os serviços de inspeção de saúde têm exigido que oferta de serviços de refeição devem obedecer aos princípios de

restaurantes tradicionais (como exemplo, um estabelecimento de Turismo Rural não pode oferecer um frango criado na própria fazenda se este frango não apresentar certificado de inspeção).

O dinamismo e potencial do Turismo Rural também tem despertado a atenção do Governo e seus organismos. A Secretaria de Desenvolvimento Rural, do Ministério da Agricultura, está realizando uma parceria com a EMBRATUR, o SEBRAE e o Programa do Artesanato Brasileiro, com o objetivo de que o Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF – venha a atender também atividades não agrícolas nas mesmas condições de taxas de juros e prazos concedidas às atividades agrícolas tradicionais. Para tanto já se estudam alterações nas regras e critérios hoje existentes no PRONAF – que deve considerar, ainda, prazos mais afeitos às condições de retorno em médio e longo prazos das atividades de turismo e recreativas no meio rural.

Também a EMBRAPA, tradicional instituição pública dedicada a pesquisa agropecuária, está criando o “Ecoturismo Científico”. A ideia é atrair estudantes e pesquisadores, particularmente estrangeiros, para conhecer seus centros de pesquisa. Já existem alguns projetos pilotos, como o da Reserva Genética de Pau Brasil, com 6.000 ha., próximo a Porto Seguro, que tem a parceria da CEPLAC e da empresa Aracruz Celulose. O CENARGEM está abrindo a Fazenda Sucupira, próxima a Brasília, para mostrar o Banco Brasileiro de Germoplasma Animal e o que ali vem sendo realizado na área de pesquisa genética, biotecnologia animal e produção de sementes básicas. Também o Centro de Pesquisa do Pantanal, localizado em Corumbá, Mato Grosso, deve iniciar, em 1998, atividades de “Ecoturismo Científico”, oferecendo como destaque o atrativo “bioma pantaneiro”.

Segundo TULIK (1997) a EMBRATUR, em sua Política Nacional do Turismo, e entendendo o turismo rural como parte da diversificação do produto turístico nacional, estabelece algumas estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. Dentre elas, merece destaque a de “promover um turismo organizado e administrado pela população rural com uma oferta de pequena escala, o que torna possível e permite

que benefícios econômicos do turismo tenham incidência na sociedade rural'. Daí destacarmos, na conclusão deste trabalho, que a política de incentivo ao turismo rural necessita receber estratégias de divulgação diferenciadas⁴⁶ das atuais. Atualmente, o foco central (inclusive de investimentos) é dividido, principalmente, entre o mercado internacional (como os comitês *Visit Brazil*) e o mercado ecoturístico – com predominância de espaço a atrativos de alto valor hierárquico, nas classificações mais usuais. Campanhas como a “Viva seu País é o seu Brasil Brasileiro”, são sinais de alteração deste enfoque anterior, reforçando o turismo doméstico.

Considerando, ainda, que não se deve “entender o turismo rural como panacéia para os males financeiros de proprietários rurais”, é fundamental termos claro **um** último ponto de destaque nas conclusões deste trabalho. É a necessidade de uma **política integrada** (de planejamento regional, de investimentos apropriados, divulgação responsável, avaliação e mensuração precisa dos mercados, de capacitação e de efetiva assistência técnica e extensão rural) **para o desenvolvimento sustentável do turismo em zonas rurais – tanto econômica, quanto social, cultural e ambientalmente contextualizada – em uma política de desenvolvimento rural, que atenda não somente aos proprietários rurais e que considere pontos centrais como os riscos inerentes à apropriação da paisagem (associada ao próprio deslocamento) e dos atrativos.** Política esta, que ultrapasse os (imprecisos) limites conceituais (e, às vezes, convencionais) de distinção entre uma categoria e outra de turismo e de recreação que são concretizados nas zonas rurais. Na nossa opinião, o turismo rural – tanto o produto autêntico e original, reconhecido por muitos como o de melhor qualidade, quanto o produto *artificial* – deve ser visto como uma das alternativas adicionais de geração de ocupações e rendas não agrícolas em áreas rurais decadentes ou estagnadas.

⁴⁶ Segundo as preocupações expressas pelo próprio Presidente da EMBRATUR: “a solução para o turismo brasileiro está primeiro no mercado interno e depois no turismo continental” – “Um salto para o futuro” (entrevista com o Presidente da EMBRATUR). *Revista Business Travel*, n. 12, p. 22-25, 1997. Aí pode-se ler, também, que “os recursos para promoção do turismo nacional – R\$ 24 milhões em 1997 – só podem ser aplicados no mercado interno, Mercosul/ América do Sul e Europa / EUA”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo
1997 A valorização do espaço rural, uma escolha de sociedade. **Revista Em Destaque**, São Paulo, n. 13.
- CALATRAVA, J., RUIZ, P.
1993 O turismo, uma oportunidade para las zonas desfavorecidas? **LEADER Magazine**, n.4.
- CALS, Joan, CAPELÀ, J., VAQUÉ, E.
1995 **El turismo en el desarrollo rural en España**. Madrid: Min. de Agricultura. 122p.
- CAVACO, C.
1996 Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, p.94-121.
- COUTO, Andréia
1998 **O artesanato: uma estratégia de sobrevivência da agricultura familiar**. In: CONGRESSO ANUAL DA SOBER, 34, Poços de Caldas. 15p. Versão preliminar.
- CRUZ, Leandro.
1998 Por dentro do Pantanal. **Folha Turismo**, de 02 mar. 1998.
- EMBRATUR
1992 **Ecoturismo na Amazônia - região circunvizinha de Manaus** (s.n.t.)
- EMBRATUR
1993 **Ecoturismo no Pantanal sul-matogrossense - região de Miranda-MS**. (s.n.t.)
- EMBRATUR
1994 **Manual operacional do turismo rural**. (s.n.t.)
- EVANS, N.J., ILBERY B.W.
1993 The pluriactivity, part-time farming and farm diversification debate. **Environment and Planning**, Great Britain. v. 25, p. 945-959.
- GRAZIANO DA SILVA, BALSADI, José, DEL GROSSI M. Otávio
1997 O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo/Fundação SEADE. v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun.
- GRAZIANO DA SILVA, BALSADI, José, DEL GROSSI M. Otávio
1997 O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **Revista São Paulo em Perspectiva**, F.SEADE, São Paulo v. 10,n. 2, p. 60 -72, abr/jun.
- HJALAGER Anne-Mette
1996 Agricultural diversification into tourism - evidence of a European Community development programme. **Tourism Management**, v. 17, n. 2, p. 103-111.
- KOCH, E.
1994 **Reality or rhetoric? Ecotourism and rural reconstruction in South Africa**. United Nations Research Institute for Social Development.
- LABAT, J.L., FERNANDEZ-CAVADA, PEREZ, S.F. Ortuño
1994 Mercado de trabajo agrario y desarrollo rural. **Revista de Estudios Agro-Sociales**. Madrid. v. 169, p. 89-118.

- LACERDA, D.
1997 Projeto Piloto de Turismo como fonte de renda para antigos sem-terra: uma nova perspectiva para a reforma agrária. Recife, **Jornal do Comércio**, 15 jan. Suplemento de Turismo.
- LEAL, E. Ramos
1995 De la crisis a la regeneracion rural. Lisboa. In: COLÓQUIO HISPÂNICO-PORTUGUÊS DE ESTUDOS RURAIS.
- LINDBERG, K.
1991 Policies for maximizing nature tourism's ecological and economic benefits. **The Ecotourism Society**.
- LINDBERG, K., ENRIQUEZ J.
1993 **Analysis of ecotourism's economic contribution to conservation and development in Belize**. WWF-US e Ministério de Turismo e Meio Ambiente de Belize.
- MARDEN, T.
1995 Beyond agriculture? regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies** v. 11, n. 3, p. 285-296.
- MARSDEN, T.
1989 Reestructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, Amsterdam. v. 29, n. 3/4, p. 312-17.
- MARSDEN, T.
1990 Towards the political economy of pluriactivity. **Journal of Peasants Studies**. Great Britain, v.6, n.4, p.375-382.
- MEIRELLES FILHO, João
1996 Ecoturismo revela vida no campo. **Jornal O Estado de São Paulo**
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO/EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DO TURISMO
1996 **Política Nacional de Turismo: Diretrizes e Programas 1996-1999**. Brasília. 45p.
- OEA/SUDAM. Ministério do Planejamento
1994 **Oferta turística da região Amazônica brasileira**. (s.n.t.).
- OEA/SUDAM. Ministério do Planejamento
1995 **Linhas básicas para um programa de desenvolvimento do turismo na região Amazônica**. (s.n.t.)
- OEA/SUDAM. Ministério do Planejamento
1997 **Recursos naturais e turismo na Amazônia**. (s.n.t.).
- OXINALDE, Miguel del Reguero
1994 **Ecoturismo – nuevas formas de turismo en el espacio rural**. Barcelona: Bosch Casa Editorial.
- PISANI Edgar et al.
1996 **Por un cambio necessário en la agricultura europea**. Cordoba (Espanha), IE-SA, 69p.
- PNUD/ONU/SUDAM
1997 **Projeto de investimento e desenvolvimento do setor turismo na Amazônia**. (s.n.t.)
- PORTILLO, R. Blanco, DEL ALAMO J. Benayas

1994 El turismo como motor de desarrollo rural. Analisis de los proyectos de turismo subvencionados por Leader I. **Revista de Estudios Agro-Sociales**. Madrid. v. 169, p. 119-147, jul./set..

PRODEAM/SUDAM/MMA/OEA

1997 **Relatórios dos workshops estaduais de polos turísticos**. (s.n.t.).

RODRIGUES, Adyr

1996 **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC. 274p.

TULIK, Olga

1997 Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, Adyr. (org). **Turismo - desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC.